

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.265 - SC (2019/0003075-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **BETTER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**
ADVOGADOS : **MARCO ANTÔNIO CENI LEMOS E OUTRO(S) - SC013057**
 DEBORA SILVA KANTOR - SC034927
AGRAVADO : **FINANCEIRA ALFA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E**
 INVESTIMENTOS
ADVOGADO : **JOSE GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ E OUTRO(S) - SC048778**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por BETTER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. EMPRÉSTIMO. NEGATIVA DE CRÉDITO APÓS ANÁLISE INTERNA DE RISCO. EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO. COMUNICAÇÃO DA RECUSA REALIZADA TÃO SOMENTE PELO GERENTE COMERCIAL DA LOJA. DANO MORAL NÃO 'á CONFIGURADO. DEVER DE COMPENSAR AFASTADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

"A concessão de crédito se insere na órbita da liberalidade ou da discricionariedade da empresa que o fornece, não tratando-se, pois, de uma obrigação legal. Não gera dano moral a recusa de concessão de empréstimo a cliente bancário por restrições internas da própria instituição financeira, constituindo-se essa negativa em exercício regular de direito" (TJSC, Apelação Cível n. 2014.061857-0, de Lages, rel. Des. Trindade dos Santos, j. em 19-2-2015).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, ofensa ao disposto nos artigos 1.022 do CPC/2015, aduzindo a existência de omissões; 186 e 927 do Código Civil e 14 do CDC, além de dissídio jurisprudencial. Defende a configuração de dano moral indenizável, devido a recusa de obtenção de financiamento junto com a Instituição financeira, ora recorrida.

DECIDO.

2. De início, resguardado de qualquer ofensa está o art. 1.022 do CPC/2015, haja vista que a ofensa somente ocorre quando o acórdão deixa de pronunciar-se sobre questão jurídica ou fato relevante para o julgamento da causa. A finalidade dos embargos de declaração é complementar o acórdão quando nele identificar omissão, ou, ainda, aclará-lo, dissipando obscuridade, contradição ou erro material.

Na espécie, a Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. Portanto, não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. Destaco que se a decisão combatida não correspondeu à expectativa da

parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. IMÓVEL RURAL. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 (1.022 do CPC/2015). INEXISTÊNCIA. 2. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO DE QUE O RECORRENTE ERA POSSUIDOR DE MÁ-FÉ. BENFEITORIAS ÚTEIS E NÃO NECESSÁRIAS NÃO INDENIZÁVEIS. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO IMPROVIDO.

1. De acordo com o entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte Superior, não há violação do art. 1.022 do CPC/2015 nos casos em que o acórdão recorrido resolve com coerência e clareza os pontos controvertidos que foram postos à apreciação da Corte de origem, examinando as questões cruciais ao resultado do julgamento.

[...]

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1608804/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 27/10/2016).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. FILHA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ OS 24 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.717/98. REVISÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Afasta-se a ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 1220599/AM, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018)

3. Outrossim, o Tribunal de origem afastou a pretensão da agravante ao recebimento da indenização por danos morais, amparado na seguinte fundamentação:

No caso em tela, o apelante ajuizou a presente ação indenizatória em razão de suposto abalo moral decorrente da recusa de obtenção de financiamento com a instituição financeira apelada.

A par disso, é de conhecimento que as transações bancárias estão sujeitas a análises de risco sempre que esteja envolvida a liberação de crédito.

Nessa esteira, não há dúvida de que a proposta de liberação de crédito estava condicionada a análise prévia antes de ser definitivamente efetivada com a liberação do dinheiro, condição essa que não era desconhecida dos apelantes, até porque é condição base deste tipo de relação.

No caso presente, não há defeito no serviço ou falha na conduta da instituição financeira, uma vez que a requerida compensação por dano moral só poderia ser deferida caso ficasse demonstrado que a surpresa produzida pela negativa de efetivação do negócio fosse realmente grave a ponto de causar vergonha ou transtorno psíquico acentuado.

É de ser relevado que o mero impedimento à compra de um automóvel não teve o condão de perturbar de maneira considerável o estado anímico dos apelantes.

Não se pode perder de vista que, apesar de ter recusado a liberação de crédito, a apelada não o fez de modo aberto aos funcionários da concessionária, mas tão somente ao gerente comercial da loja, como faz prova o e-mail de fl. 51.

Como bem ponderou o Magistrado a quo "em que pese ter havido incômodo ao autor a situação não deve ser encarada como humilhante ou vexatória, mesmo porque o autor acabou comprando um dos carros à vista"

[...]

Vale ressaltar que a negativa de crédito constituiu exercício regular de um direito da instituição financeira. Não obstante, entende-se que a perturbação sofrida pelos apelantes caracterizou-se como mero aborrecimento, para o qual não há obrigação de indenizar.

Vale dizer, não se nega que o fato discutido tenha desencadeado incômodo e transtornos aos apelantes; porém, as mazelas não sobrepujaram o razoável, a ponto de causar danos a sua honra.

A par dessas considerações, não se vislumbra lesão ao direito da personalidade, razão pela qual se rejeita o pedido de reparação moral. (fl. 225-226)

Impende salientar que a reforma do julgado, a fim de reconhecer o alegado dano moral sofrido pela parte agravante seria inevitável a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL – ANIMUS NARRANDI – INDENIZAÇÃO – DANOS MORAIS – MATÉRIA DE PROVA - SÚMULA 7/STJ.

1. É vedado o reexame de matéria fático-probatória em sede de recurso especial, a teor do que prescreve a Súmula 7 desta Corte.
2. Hipótese em que a revisão do valor da indenização a título de dano moral arbitrada exigiria revolvimento do contexto fático-probatório.
3. Recurso não conhecido. (REsp 929.058/RN, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 21/10/2008)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO DO JULGADO. ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DANO MORAL. SÚMULA 7/STJ.

1. No caso, o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio. Além disso, bem pontou sobre as supostas omissões, quando prolatou o acórdão dos declaratórios, não havendo falar-se em omissão.
2. O órgão julgador deve enfrentar as questões relevantes para a solução do litígio, afigurando-se dispensável o exame de todas as alegações e fundamentos expedidos pelas partes com o intuito de rediscutir matéria

julgada.

3. A pretensão recursal, no que se refere às alegações de ilegitimidade ativa e reconhecimento da ocorrência de danos morais indenizáveis, encontra óbice na Súmula 7/STJ, porquanto demandaria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial.

4. Agravo regimental que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 301.792/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2013, DJe 28/10/2013)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131 E 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS. NEXO DE CAUSALIDADE. SÚMULA 7/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. [...]

2. O acórdão tratou de forma clara a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida, mediante convicção formada do exame feito aos elementos fático-probatórios dos autos, para a solução adotada para o desfecho da lide.

3. No presente caso, as matérias referentes a ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito do autor (art. 333, I, do CPC) e da inexistência de nexo de causalidade demandam a análise da matéria probatória (Súmula 7/STJ).

4. [...]

(AgRg no AREsp 319.710/RJ, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 21/06/2013).

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator